

# Revogada a liberdade vigiada para as escolas

Mensalidades agora terão que acompanhar os reajustes salariais ao longo de todo o ano

O reajuste das mensalidades das escolas particulares passa a ser feito com base na aplicação da URP (Unidade de Referência de Preços), fórmula que só será alterada no mês da data-base do dissídio coletivo dos professores, que em Brasília é em março. Para o cálculo da prestação de abril, o valor será obtido pela multiplicação de 70% (fato do custo permitido para repasse) do aumento concedido aos professores, de 96,42%, mais 30% da URP de março, que dá 4,85%.

Pelos exemplos mostrados pelo ministro da Educação, Hugo Napoleão, uma escola que cobrava em dezembro último Cz\$ 557,81 só poderia cobrar agora Cz\$ 1.450,43, o que representa, aproximadamente, um reajuste de 160%. Essa escola, como mostrou o ministro, cobrou Cz\$ 2.230,84 e terá que compensar na próxima mensalidade Cz\$ 780,41, que corresponde a 34,97% cobrados a mais do aluno.

## ABUSOS

Com o decreto baixa-

do ontem, o Governo revoga o sistema de liberdade vigiada, que resultou em abusos de parte das escolas, os quais "deixaram o Presidente muito irritado", conforme declarou o ministro da Educação. O novo decreto fortalece as negociações entre os donos das escolas e as associações de pais e mestres e, no caso da não existência dessas entidades, permite que o entendimento ministro, o problema subirá para discussão no Conselho Federal de

Educação que mandará aplicar a URP, simplesmente.

As escolas, de acordo ainda com o decreto, permite aos proprietários das escolas aplicar sobre o valor das mensalidades uma taxa de 10% a título de remuneração do capital (lucro) aplicado em obras de melhoria dos estabelecimentos. Essa taxa deverá, entretanto, ser submetida ao CFE, que se baseará nas planilhas de custos para sua concessão.

YUUGI MAKIUCHI



Ministro Napoleão: Abusos fizeram o Presidente revogar a liberação

## Aumento segue fórmula complexa

Para o cálculo do reajuste da mensalidade no mês da data-base dos professores, usa-se uma fórmula diferente e um pouco mais complicada. O índice será apurado com a seguinte equação, cuja explicação vem logo a seguir: Índice  $0,7 \times (1 + R1) + 0,3 \times I1/I2 \times (1 + 0,3 \times \text{URP})$

Veja, passo a passo, o que representa cada número da fórmula. O índice 0,7 significa 70 por cento do valor do reajuste do salários dos professores da escola em questão. A expressão seguinte,  $(1 + R1)$ , é a taxa relativa à variação percentual dos salários dos professores, ocorrida em relação ao mês anterior ao da data-base através de acordo coletivo com a escola.

O índice que vem somados logo depois são os 30 por cento da diferença entre a inflação acumulada desde dezembro e a URP

acumulada do mesmo período. Já a expressão  $I1$  é o índice acumulado do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) desde o início do ano até o mês da data-base. O  $I2$  é o acumulado da variação da URP do mesmo período.

O próximo passo é multiplicar os 30 por cento da URP do mês da data-base dos professores da escola em questão à própria URP. No exemplo dado pelo Ministério da Fazenda supõe-se uma escola cuja a mensalidade da segunda série do segundo grau em dezembro estivesse fixada em Cz\$ 1 mil, a data-base do reajuste dos professores fosse em março e o aumento recebido pela categoria no acordo coletivo chegasse a 80 por cento sobre o salário de março.

Supôs-se ainda que a escola do exemplo tenha antecipado em 1987, 20 por

cento de reajuste sobre os salários de seus professores. Ela somente está obrigada em aumentar em mais 50 por cento os salários de seus professores. Assim, os parâmetros da Fórmula são os seguintes:

$R = 0,50$ , que é o aumento dos professores.  $I1 = 1,3744$ , ou seja, o índice acumulado de variação do IPC durante janeiro e fevereiro.  $I2 = 1,1922$ , que é o índice acumulado relativo à variação da URP no mesmo período. A URP que entra no final da fórmula será a de março.

A fórmula, então, fica assim:  $(0,7 \times 1,50) + 0,3 \times 1,3744/1,1922 \times 1 + 0,3 \times 0,50 = 1,4636$ , ou seja, 46,36 por cento de aumento sobre a mensalidade de fevereiro.